

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravado na Apelação Cível 286336-7

Recorrentes: Josinaldo Leite Galvão e Outros

Recorrido: Adriano Tavares Correia Xavier

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

EMENTA – AGRAVO LEGAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. PRODUÇÃO DE PROVAS. DISPONIBILIDADE DA PARTE. PRECLUSÃO DA MATÉRIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- O juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, desprezando a realização de audiência para a produção de provas ao constatar que o acervo documental é o suficiente para nortear e instruir seu entendimento;

- Anunciado o julgamento antecipado da lide, sem manifestação de qualquer das partes quanto à especificação de provas, torna-se preclusa a matéria, não havendo que se falar em cerceamento de defesa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso de Agravado na Apelação Cível nº. 286336-7**, em que figuram como agravantes **Josinaldo Leite Galvão e Outros**, e como agravado **Adriano Tavares Correia Xavier**, acordam os desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo conforme relatório e voto em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 21 de maio de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho

Desembargador Relator



| | |
|--|-------------------------------------|
| QUARTA CÂMARA CÍVEL | |
| Recurso de Agravo na Apelação Cível | 286336-7 |
| Recorrentes: | Josinaldo Leite Galvão e Outros |
| Recorrido: | Adriano Tavares Correia Xavier |
| Relator: | Des. Eurico de Barros Correia Filho |
| Relatório | |

Trata-se de recurso de agravo interposto por **Josinaldo Leite Galvão e Outros** contra decisão terminativa que, com fulcro no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao Recurso de Apelação Cível nº. 286336-7, em apenso, mantendo a sentença que julgou procedente o pedido de cobrança, formulado por **Adriano Tavares Correia Xavier**, declarando rescindido o contrato de locação firmado entre as partes.

Em suas razões, o recorrente reitera os argumentos deduzidos nas razões do apelo, sustentando, resumidamente, suposta transgressão do contraditório e da ampla defesa levada a efeito pelo Juiz sentenciante, por ter julgado antecipadamente o feito sem dar oportunidade para a produção de provas.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este recurso à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Recife, 21 de maio de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho

Desembargador Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

| | |
|--|-------------------------------------|
| Recurso de Agravo na Apelação Cível | 286336-7 |
| Recorrentes: | Josinaldo Leite Galvão e Outros |
| Recorrido: | Adriano Tavares Correia Xavier |
| Relator: | Des. Eurico de Barros Correia Filho |
| Voto | |

Tratando-se de pedido de retratação por via do chamado agravo legal (art. 557, *caput*, CPC), cabe simplesmente rever os fundamentos que nortearam a decisão guerreada na apelação cível em apenso.

O foco central do presente recurso cinge-se à verificação de suposta nulidade da sentença por violação ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Consta dos autos que as partes firmaram contrato de locação comercial (fls. 12/22) pelo prazo determinado de 48 (quarenta e oito) meses, prorrogado por prazo indeterminado, sendo certo que a partir do mês de Março/2009, o locatário deixou de pagar o aluguel, cujo valor era fixado em R\$ 3.250,00 (três mil, duzentos e cinquenta reais), vindo a entregar efetivamente o imóvel no dia 20 de abril daquele ano.

Na hipótese, a procedência da ação de cobrança era mesma a medida de rigor, porquanto o autor demonstrou o fato constitutivo de seu direito de crédito, oriundo do contrato de locação colacionado nos autos em que figurava como locador.

Quanto à questão do julgamento antecipado da lide, a decisão, ora recorrida, foi assim proferida:

"1º FUNDAMENTO RECURSAL: CERCEAMENTO DE DEFESA

O recorrente, nas razões da apelação, invoca suposta transgressão do contraditório e da ampla defesa levada a efeito pelo Juiz sentenciante, por não ter realizado audiência de instrução e julgamento.

Com efeito, o princípio fundamental da ampla defesa não produz o dever de efetivamente serem produzidas provas em um determinado processo, isso porque sua oportunidade e conveniência estarão sempre submetidas ao princípio do livre convencimento ou da persuasão racional do magistrado, podendo este decidir quais provas serão relevantes para o deslinde do conflito ou, se for o caso, julgar antecipadamente a lide.

Nesse aspecto, o Superior Tribunal de Justiça assentou entendimento de que "o juiz tem o poder-dever de julgar a lide antecipadamente, desprezando a realização de audiência para a produção de provas ao constatar que o acervo documental é o suficiente para nortear e instruir seu entendimento. É do seu livre convencimento deferimento de pedido para a produção de quaisquer provas que entender pertinentes ao julgamento da lide. (AgRg no Ag 834.707/PR, Rel. Min. José Delgado, 1ª Turma, julgado em 27/03/2007).

In casu, o julgamento antecipado da lide não implicou cerceamento de defesa. As questões de fato e de direito já se encontravam suficientemente esclarecidas pela prova documental acostada aos autos, sendo lícito ao magistrado conhecer diretamente do pedido (art. 330, I, do CPC).

Ademais, infere-se dos autos que na audiência conciliatória o magistrado a quo anunciou o julgamento antecipado da lide, sem que qualquer das partes tenha se insurgido contra o referido pronunciamento.

Desta forma, mostra-se totalmente despropositada a arguição de cerceamento de defesa suscitada pela apelante, na medida em que o seu desinteresse quanto à especificação de provas operou a preclusão da matéria.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. NOVAS PROVAS. APRECIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE. EFEITOS INFRINGENTES. IMPOSSIBILIDADE. PROVAS. VALORAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PROVAS. PRODUÇÃO. DISPONIBILIDADE. DESISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. PROVAS. REVISÃO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 05 E 07 DO STJ. - (...) - Tendo o recorrente feito valer a disponibilidade do direito à produção de provas, abrindo mão daquelas que, embora anteriormente requeridas e deferidas, até então não haviam sido produzidas, não há como admitir a sua alegação de cerceamento de defesa, apenas porque lhe sobreveio sentença desfavorável. - As Súmulas n°s 05 e 07 do STJ vedam o reexame do substrato fático probatório dos autos no âmbito do recurso especial. Recurso especial não conhecido. (REsp 810.667/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/10/2008, DJe 05/11/2008).

Assim, deve ser afastada a arguição de cerceamento de defesa."

Desta feita, e tendo-se por certo que todas as matérias suscitadas na peça recursal em análise são mera renovação das razões esposadas na apelação, as quais foram devidamente apreciadas pela decisão recorrida, concluo que inexistente qualquer fato novo ou elemento objetivo que justifique a reforma pretendida.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso, para manter integralmente a decisão vergastada, por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 21 de março de 2013 .

Eurico de Barros Correia Filho

Desembargador Relator

mpcn